POVO PURI NA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTRIBUIÇÕES DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA

Kupan Orutu Puri dos Santos

RESUMO

O presente trabalho analisa as contribuições da produção bibliográfica sobre o povo Puri para o ensino de história e cultura indígena na Educação Básica. Parte-se do problema de como uma bibliografia dispersa entre história, antropologia, educação, memória e produção de autoria indígena pode subsidiar abordagens escolares que reconheçam a diversidade, a historicidade e a contemporaneidade dos povos indígenas, em consonância com a Lei nº 11.645/2008 e com as Diretrizes Operacionais definidas pelo Parecer CNE/CEB nº 14/2015. A pesquisa é bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo. O levantamento foi realizado em bases acadêmicas, repositórios institucionais e periódicos científicos, utilizando descritores relacionados ao povo Puri, à educação e ao ensino de história e cultura indígena. O corpus final foi composto por quinze referências centrais, das quais oito tratam diretamente do povo Puri e sete fornecem fundamentos legais, educacionais e didáticos para a análise. Os resultados indicam que a bibliografia Puri oferece subsídios para trabalhar história regional, territorialidade, memória, identidade, processos de apagamento historiográfico, presença contemporânea, língua, oralidade, educação popular e autoria indígena. A análise também evidencia que, no corpus selecionado, a produção diretamente voltada ao uso escolar desse conhecimento ainda é menor do que a produção histórica e identitária, o que exige mediação crítica por parte dos docentes. Conclui-se que o conjunto bibliográfico selecionado permite construir abordagens mais específicas e contextualizadas sobre o povo Puri, contribuindo para superar representações genéricas e temporalmente restritas dos povos indígenas, embora permaneçam lacunas na produção de materiais pedagógicos e estudos especificamente dedicados ao ensino da história e cultura Puri na Educação Básica.

Palavras-chave: Povo Puri. Educação indígena. História e cultura indígena. Lei nº 11.645/2008. Educação Básica.

1 INTRODUÇÃO

A obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena na Educação Básica brasileira foi estabelecida pela Lei nº 11.645/2008, que alterou o art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A norma determina que os estabelecimentos de Ensino Fundamental e Ensino Médio, públicos e privados, incluam o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, abrangendo a luta dos povos indígenas, suas culturas e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira. O dispositivo legal também estabelece que a temática seja trabalhada no âmbito de todo o currículo escolar, com atenção especial às áreas de educação artística, literatura e história brasileiras (Brasil, 2008).

A existência da obrigação legal, entretanto, não resolve por si mesma os desafios de representação, seleção de conteúdos e formação docente. O Parecer CNE/CEB nº 14/2015 registra que ainda persistem abordagens escolares que apresentam os povos indígenas como sujeitos do passado, utilizam a noção de um indígena genérico, generalizam características de um povo para todos os demais e reduzem a participação indígena na história brasileira. O documento orienta que a Educação Básica reconheça a pluralidade dos povos, suas organizações sociais, línguas, cosmologias, transformações históricas e presença contemporânea, além de estimular a presença de materiais produzidos por autores indígenas (Brasil, 2015).

Essa orientação desloca o ensino da temática indígena de uma abordagem exclusivamente comemorativa ou genérica para uma perspectiva que exige identificação dos povos, contextualização histórica e territorial, reconhecimento de diferenças internas e atenção às formas pelas quais os próprios indígenas produzem e comunicam conhecimento sobre suas histórias. Nascimento (2013) destaca que o ensino de história e cultura indígena pode ser qualificado quando considera os grupos que participaram da formação de determinados lugares e discute os processos históricos de ocupação e apropriação dos territórios. Silva e Costa (2018), por sua vez, apontam a necessidade de superar imagens estereotipadas e romantizadas, oferecendo ao professor instrumentos que permitam tratar a pluralidade indígena no presente.

Os estudos sobre a implementação da Lei nº 11.645/2008 também evidenciam dificuldades concretas. Fontenele e Cavalcante (2020), ao analisarem práticas docentes, identificaram lacunas de formação inicial e continuada que limitam a capacidade de professores trabalharem de modo consistente com a história e cultura indígena. Silva (2021) chama atenção para a

permanência de imaginários e representações escolares que reproduzem visões reduzidas das populações indígenas. Siqueira e Szlachta Junior (2023) ressaltam o potencial da literatura indígena contemporânea como fonte histórica e como meio de aproximar estudantes de narrativas produzidas por sujeitos indígenas, em vez de restringir o conhecimento às descrições externas.

Nesse contexto, o povo Puri constitui um recorte relevante para uma abordagem específica da temática indígena. A produção bibliográfica existente reúne pesquisas de história, antropologia, arqueologia, educação, memória e identidade, além de obras de autoria indígena. Esse conjunto permite observar tanto processos históricos de contato, deslocamento e silenciamento quanto movimentos contemporâneos de afirmação identitária, produção de memória, revitalização cultural e ação educativa. A bibliografia, no entanto, encontra-se distribuída em teses, dissertações, artigos, livros e repositórios distintos, o que dificulta sua utilização por professores e pesquisadores que iniciam o contato com o tema.

Entre os estudos que compõem esse campo, encontram-se a pesquisa de Barbosa (2005) sobre cultura Puri e educação popular em Araponga, a análise histórica de Aguiar (2011) sobre os Puri-Coroado na Mata Central de Minas Gerais, a dissertação de Silva (2011) sobre coletivos indígenas no entorno da Serra do Brigadeiro, a investigação de Ramos (2017) sobre re-existência e ressurgência Puri, as reflexões de Puri e Cavalcanti (2019) acerca de memória, ancestralidade e educação, a obra de Pachamama (2021) centrada em narrativas e memórias Puri da Serra da Mantiqueira, a dissertação de Cornélio (2024) sobre apagamento historiográfico e reemergência pública Puri e o artigo de Cornélio e Dorella (2026) sobre resistência Puri na Zona da Mata Mineira. A diversidade desse conjunto indica que há conhecimento disponível para uma abordagem escolar específica, embora nem toda produção tenha finalidade didática.

Diante desse cenário, formula-se o seguinte problema de pesquisa: de que maneira a produção bibliográfica sobre o povo Puri pode contribuir para o ensino de história e cultura indígena na Educação Básica? Parte-se da hipótese de que a produção existente, apesar de dispersa e composta por trabalhos de naturezas diferentes, reúne elementos históricos, identitários, culturais, linguísticos e educacionais capazes de subsidiar abordagens mais contextualizadas sobre o povo Puri e, ao mesmo tempo, contribuir para o cumprimento das orientações da Lei nº 11.645/2008.

O objetivo geral consiste em analisar as contribuições da produção bibliográfica sobre o povo Puri para o ensino de história e cultura indígena na Educação Básica. Como objetivos específicos, busca-se identificar e sistematizar trabalhos relevantes sobre o povo Puri;

examinar como história, memória, identidade, língua, autoria e educação aparecem nesse conjunto; relacionar essas contribuições às orientações nacionais para o ensino da temática indígena; e identificar lacunas da produção bibliográfica que interferem em sua utilização pedagógica.

A justificativa do estudo está na necessidade de tornar mais acessível um conjunto de referências que permite substituir representações generalizantes por conhecimentos vinculados a um povo específico, a contextos territoriais definidos e a processos históricos documentados. O recorte Puri é particularmente útil para evidenciar que a história indígena não se encerra no período colonial e que a presença indígena no Sudeste não pode ser compreendida apenas pela ideia de desaparecimento. Ao organizar e analisar essa bibliografia sob uma perspectiva educacional, o estudo busca oferecer uma síntese que possa auxiliar futuras pesquisas e práticas de ensino sem substituir a necessidade de leitura crítica das fontes originais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo. A opção metodológica decorre do objetivo de identificar, organizar e interpretar conhecimentos já publicados sobre o povo Puri e relacioná-los ao campo do ensino de história e cultura indígena. Não foram utilizados questionários, entrevistas, observação participante, pesquisa de campo ou estudo de caso. O objeto de análise é constituído exclusivamente por publicações e documentos previamente disponíveis.

O levantamento bibliográfico foi realizado em setembro de 2026 por meio de buscas em bases e mecanismos de pesquisa acadêmica, incluindo Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), repositórios institucionais de universidades e páginas de periódicos científicos. Também foram consultados documentos normativos disponibilizados por órgãos oficiais. Foram utilizados, isoladamente e em combinação, os descritores “Puri”, “povo Puri”, “Puri educação”, “Puri memória”, “Puri identidade”, “Puri escola”, “Puri história”, “história e cultura indígena”, “Lei 11.645/2008” e “educação básica indígena”.

Como critérios de inclusão, foram priorizados trabalhos que tratassem diretamente do povo Puri ou que fornecessem fundamentos necessários para relacionar a produção Puri ao ensino

de história e cultura indígena. Foram incluídos artigos científicos, teses, dissertações, livros e documentos normativos com autoria, data e origem identificáveis. Nos trabalhos sobre o povo Puri, a seleção privilegiou materiais capazes de contribuir para pelo menos um dos seguintes eixos: história e território; memória e identidade; presença contemporânea; língua e oralidade; autoria indígena; educação e práticas de transmissão de conhecimentos. Nos trabalhos gerais de educação, foram priorizados estudos diretamente vinculados à Lei nº 11.645/2008, às representações indígenas na escola, à formação docente e ao uso de produções indígenas no ensino.

Foram excluídos resultados duplicados, materiais sem identificação bibliográfica suficiente e publicações em que o povo Puri aparecia apenas de forma incidental, sem contribuição efetiva para o problema investigado. Em razão do limite institucional de referências previsto para o formato de artigo científico, o corpus final foi delimitado a quinze referências centrais. Oito delas tratam diretamente do povo Puri: Aguiar (2011), Barbosa (2005), Silva (2011), Ramos (2017), Puri e Cavalcanti (2019), Pachamama (2021), Cornélio (2024) e Cornélio e Dorella (2026). As sete referências restantes oferecem fundamentos legais e educacionais: Brasil (2008; 2015), Nascimento (2013), Silva e Costa (2018), Fontenele e Cavalcante (2020), Silva (2021) e Siqueira e Szlachta Junior (2023).

A análise foi realizada em três etapas. Na primeira, foram registrados dados bibliográficos, objeto de estudo, recorte temático e principais contribuições de cada trabalho. Na segunda, os estudos Puri foram agrupados segundo categorias recorrentes: história e territorialidade; memória, identidade e apagamento; re-existência e presença contemporânea; língua, oralidade e autoria; e educação. Na terceira, essas categorias foram comparadas às orientações educacionais da Lei nº 11.645/2008 e do Parecer CNE/CEB nº 14/2015, bem como às discussões acadêmicas sobre formação docente, estereótipos e uso de fontes indígenas na escola.

O procedimento adotado não pretende constituir uma revisão bibliométrica exaustiva de toda a produção existente sobre o povo Puri. O objetivo é construir uma revisão bibliográfica sistematizada e funcional ao problema educacional proposto, concentrando-se em obras que permitam compreender que conhecimentos estão disponíveis, de que forma se complementam e quais limites permanecem quando se busca transformá-los em subsídios para a Educação Básica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 O povo Puri na produção bibliográfica

O corpus selecionado revela uma produção Puri distribuída entre diferentes campos do conhecimento e marcada por mudanças de enfoque ao longo do tempo. Os trabalhos mais diretamente históricos e antropológicos oferecem elementos para compreender registros sobre os Puri, relações interétnicas, territorialidades e processos de classificação. Os estudos educacionais e de memória aproximam a análise das formas contemporâneas de reconhecimento, transmissão de conhecimentos e afirmação de identidades. As obras de autoria indígena acrescentam uma dimensão essencial: a produção de narrativas em que sujeitos Puri participam da definição dos temas, vocabulários e sentidos associados à própria história.

Aguiar (2011) analisa relatos oitocentistas relacionados aos Puri e Coroado na Mata Central de Minas Gerais e demonstra a importância de ler criticamente fontes produzidas em contextos de contato e expansão colonial. O trabalho contribui para o ensino porque permite substituir referências vagas aos povos indígenas de Minas por discussões situadas sobre povos, lugares, documentos históricos e relações de poder. Ao mesmo tempo, o estudo evidencia que categorias registradas por viajantes e agentes coloniais devem ser tratadas como construções documentais inseridas em seu tempo, e não como descrições neutras.

Barbosa (2005) ocupa posição particular no corpus por relacionar diretamente cultura Puri e educação popular no município de Araponga, em Minas Gerais. A tese interpreta processos de silenciamento e emergência étnica e atribui relevância às práticas interculturais, às narrativas e à educação popular na recriação de identidades. Para a presente revisão, seu valor está em mostrar que educação, no contexto Puri, não se reduz à escola formal: práticas comunitárias, narrativas, organização social e circulação de saberes também produzem processos educativos.

Silva (2011) discute os chamados purizados do entorno da Serra do Brigadeiro e questiona narrativas de desaparecimento total dos Puri. Ao examinar relações entre arqueologia, discursos nacionais e coletivos contemporâneos, a dissertação contribui para uma leitura crítica da ideia de extinção cultural. Essa contribuição possui implicação pedagógica direta, pois uma das dificuldades identificadas nas orientações nacionais é justamente a tendência de apresentar os povos indígenas como pertencentes exclusivamente ao passado (Brasil, 2015).

Ramos (2017) aprofunda a análise da re-existência e ressurgência Puri, articulando história, organização contemporânea, comunicação, língua e experiências educativas. A dissertação registra ações de divulgação da cultura indígena em escolas, produção de cartilhas e atividades relacionadas à efetivação da Lei nº 11.645/2008, além de interpretar a Oca dos Povos Originários na Troca de Saberes como uma territorialidade educativa intercultural. O trabalho, portanto, aproxima de maneira explícita a produção acadêmica sobre os Puri das questões de educação e transmissão de conhecimento.

Puri e Cavalcanti (2019) articulam memória de vida, ancestralidade indígena e práticas de educação. A presença de Zélia Puri na autoria torna o texto especialmente relevante para discutir conhecimento produzido a partir de narrativas indígenas e das relações entre memória, arte, educação e cultura. Pachamama (2021), por sua vez, registra narrativas e memórias do povo Puri da Serra da Mantiqueira em obra de autoria indígena, reforçando a importância da oralidade e da memória como caminhos de registro histórico. Em contexto escolar, essas obras permitem confrontar fontes produzidas sobre os indígenas com fontes produzidas por sujeitos indígenas.

Cornélio (2024) analisa o apagamento e o silenciamento historiográfico da identidade Puri no Sudeste da Mata Atlântica e sua reemergência pública no tempo presente. A dissertação reúne a discussão histórica a processos contemporâneos de revalorização da história e cultura Puri, destacando a permanência de representações coloniais que ignoram a diversidade indígena e sua presença em espaços urbanos. Cornélio e Dorella (2026) dão continuidade a esse debate ao analisar resistência Puri na Zona da Mata Mineira e ações educativas de valorização de história, cultura e língua desenvolvidas em contextos contemporâneos.

Em conjunto, os oito trabalhos diretamente relacionados ao povo Puri não formam uma narrativa única nem devem ser hierarquizados. Eles oferecem contribuições complementares: fontes e análises históricas, estudos sobre identidade e presença contemporânea, pesquisas vinculadas à educação e obras indígenas centradas em memória e narrativa. Essa diversidade permite articular história regional, leitura crítica de fontes, memória, contemporaneidade e autoria indígena.

3.2 Memória, identidade e processos de invisibilização histórica

Um dos eixos mais recorrentes na bibliografia é a tensão entre presença histórica, apagamento e reconhecimento contemporâneo. Cornélio (2024) utiliza a expressão

apagamento/silenciamento historiográfico para analisar como a identidade Puri foi progressivamente afastada de determinadas narrativas históricas a partir do século XIX, ao mesmo tempo em que processos de autodeclaração e reorganização pública ganharam visibilidade no século XXI. Silva (2011) também questiona a construção da ideia de que determinados grupos indígenas teriam desaparecido por completo e observa coletivos que reconhecem ascendência indígena e retomam referências Puri.

Essa discussão é particularmente relevante para o ensino porque a representação do indígena como figura de um passado encerrado aparece entre os problemas explicitamente identificados pelo Parecer CNE/CEB nº 14/2015. O documento alerta para a reificação da imagem indígena em função do colonizador, para a simplificação do papel dos povos indígenas na história brasileira e para a adoção de uma figura genérica que ignora diferenças entre povos (Brasil, 2015). Quando a bibliografia Puri é inserida no currículo, torna-se possível apresentar um caso concreto em que as categorias de desaparecimento, mestiçagem, memória, identidade e continuidade precisam ser historicamente discutidas.

Aguiar (2011) oferece um ponto de partida para a dimensão histórica dessa discussão. A análise de relatos de viajantes sobre Puri e Coroado mostra que o conhecimento disponível sobre populações indígenas do início do século XIX depende de documentos produzidos em situações de contato e de interesses específicos. Em sala de aula, esse tipo de fonte pode ser utilizado para desenvolver leitura crítica: quem escreveu, em que contexto, com quais categorias e com quais limites? A questão desloca o estudante da simples reprodução de uma descrição para a compreensão de que o conhecimento histórico é construído por meio da crítica das fontes.

A memória acrescenta outra camada ao problema. Puri e Cavalcanti (2019) mostram que narrativas de vida, ancestralidade, arte e práticas culturais podem funcionar como dispositivos educativos e de transmissão de saberes. Pachamama (2021) organiza narrativas e memórias Puri da Serra da Mantiqueira, afirmando a oralidade e a memória como componentes de registro e produção histórica. Essas obras não substituem a documentação histórica nem devem ser tratadas como equivalentes a fontes coloniais; seu valor reside justamente em apresentar perspectivas, experiências e modos de significação que normalmente ficaram ausentes dos registros oficiais.

Ramos (2017) relaciona memória, autoafirmação e recriação cultural ao processo de re-existência Puri. A dissertação mostra que a retomada de referências identitárias ocorre por meio de encontros, redes de comunicação, estudos da língua, produção de materiais e intercâmbio de saberes. Nesse sentido, a identidade aparece como processo histórico e social,

e não como conjunto imutável de traços. Essa perspectiva é compatível com a orientação do Parecer CNE/CEB nº 14/2015 de reconhecer o caráter dinâmico dos processos culturais e históricos pelos quais passam os povos indígenas (Brasil, 2015).

Para a Educação Básica, a principal consequência é evitar dois extremos. O primeiro consiste em apresentar os Puri apenas como população descrita por viajantes nos séculos XVIII e XIX, o que reforçaria uma imagem de passado. O segundo seria tratar manifestações contemporâneas como se fossem reproduções idênticas de uma cultura antiga e estática. A bibliografia permite mostrar continuidade, ruptura, silenciamento, transformação e reelaboração. Essa abordagem oferece ao estudante uma compreensão mais consistente de cultura e identidade, ao mesmo tempo em que reconhece os sujeitos contemporâneos como participantes da produção de sua própria história.

3.3 Educação, língua, oralidade e autoria na bibliografia Puri

A dimensão educacional aparece de maneira direta em parte significativa da bibliografia Puri selecionada. Barbosa (2005) associa cultura Puri e educação popular ao interpretar processos de emergência étnica no entorno da Serra do Brigadeiro. O trabalho valoriza narrativas, interculturalidade e práticas comunitárias, demonstrando que educação pode ocorrer em espaços não escolares e por meio de relações sociais que articulam memória, território e cultura. Para um TCC voltado à Educação Básica, essa constatação amplia o repertório de fontes sem confundir educação comunitária com escolarização: o objetivo não é reproduzir práticas comunitárias fora de contexto, mas reconhecer que conhecimentos indígenas circulam por diferentes formas de transmissão.

Ramos (2017) apresenta uma conexão ainda mais explícita com a escola. A dissertação registra atividades desenvolvidas em escolas e secretarias de cultura, oficinas de divulgação de cultura indígena, produção de cartilhas e ações relacionadas à efetivação da Lei nº 11.645/2008. Também descreve a Oca dos Povos Originários na Troca de Saberes como uma territorialidade educativa intercultural, na qual diferentes sujeitos compartilham experiências e conhecimentos. Esses elementos mostram que o movimento de valorização Puri produziu materiais e práticas educativas que podem ser estudados como parte da presença indígena contemporânea.

A língua aparece na mesma pesquisa como eixo de memória, identidade e produção cultural. Ramos (2017) registra iniciativas de pesquisa, compartilhamento de vocabulários, cantos,

textos e materiais educativos relacionados à língua Puri. O trabalho ressalta que os registros linguísticos disponíveis são heterogêneos e que iniciativas contemporâneas de revitalização envolvem pesquisa, comparação de fontes e recriação. Para a escola, esse dado exige cautela: palavras, cantos ou vocabulários não devem ser apresentados como repertório simples ou totalmente estabilizado. O valor pedagógico está em discutir a língua como patrimônio, como campo de pesquisa e como dimensão da história de um povo.

Puri e Cavalcanti (2019) reforçam a relação entre memória, ancestralidade e educação ao tratar narrativas de vida e práticas de transmissão de saberes. O texto permite reconhecer que aprender e ensinar não se restringem à forma escolar escrita, envolvendo também narrativas, artes, relações com a natureza e experiências coletivas. Essa perspectiva pode contribuir para que o ensino sobre povos indígenas não trate a escola ocidental como único modelo legítimo de produção e circulação de conhecimento.

A autoria indígena constitui outro resultado importante. Pachamama (2021), historiadora e autora Puri, produz uma narrativa que reúne memória, oralidade e história do povo Puri da Serra da Mantiqueira. A presença desse tipo de obra no corpus modifica a posição do indígena no processo educativo: em vez de aparecer exclusivamente como objeto descrito por terceiros, o sujeito indígena aparece como autor e produtor de interpretação histórica. Essa mudança está diretamente alinhada ao Parecer CNE/CEB nº 14/2015, que recomenda a incorporação de produção de autoria indígena em bibliotecas e materiais de referência e registra a demanda para que os próprios indígenas tenham protagonismo ao falar de suas histórias e culturas (Brasil, 2015).

Siqueira e Szlachta Junior (2023) defendem a utilização da literatura indígena contemporânea como fonte histórica na sala de aula, justamente por permitir contato com outras perspectivas narrativas e epistemológicas. Embora o estudo não seja específico sobre os Puri, sua discussão fornece uma chave para utilizar obras como a de Pachamama (2021): a literatura não precisa ser tratada apenas como ilustração decorativa de uma aula previamente pronta, mas pode funcionar como fonte para analisar memória, autoria, linguagem, identidade e relações entre passado e presente.

Cornélio e Dorella (2026) acrescentam ao corpus recente a análise de ações educativas de valorização da história, cultura e língua promovidas por movimentos Puri. O artigo mostra que a dimensão educativa não é apenas uma aplicação externa feita pela escola, mas também integra estratégias contemporâneas de valorização cultural. Em conjunto, Barbosa (2005), Ramos (2017), Puri e Cavalcanti (2019), Pachamama (2021) e Cornélio e Dorella (2026) demonstram que a educação aparece na bibliografia Puri sob múltiplas formas: educação

popular, memória, transmissão intergeracional, língua, autoria, produção de materiais e ação coletiva.

3.4 A Lei nº 11.645/2008 e o ensino de história e cultura indígena

A Lei nº 11.645/2008 estabelece um marco obrigatório para a presença da temática indígena no currículo escolar, mas sua formulação é ampla. A legislação determina o estudo da história e cultura indígena no Ensino Fundamental e Médio e prevê que os conteúdos atravessem o currículo, especialmente as áreas de educação artística, literatura e história brasileiras (Brasil, 2008). O desafio pedagógico está em transformar essa obrigação em práticas que representem povos concretos, períodos diversos e perspectivas indígenas, evitando que a temática seja reduzida a eventos isolados ou a generalizações.

O Parecer CNE/CEB nº 14/2015 detalha esse desafio. Entre as orientações, encontram-se o reconhecimento da diversidade de povos, línguas, organizações sociais, cosmologias e modos de vida; a apresentação positiva de características culturais; o reconhecimento das contribuições indígenas à sociedade brasileira; a compreensão do caráter dinâmico das culturas; e o reconhecimento de que os povos indígenas possuem presente e futuro. O documento também recomenda que o tema seja desenvolvido ao longo do processo formativo, em diferentes disciplinas e abordagens, e não fique restrito a datas comemorativas (Brasil, 2015).

Quando essas orientações são confrontadas com a bibliografia Puri, observa-se uma possibilidade concreta de aplicação. A diversidade deixa de ser um princípio abstrato quando o estudante aprende a nomear um povo específico, localizá-lo historicamente em determinadas regiões do Sudeste, reconhecer diferenças entre registros coloniais e narrativas contemporâneas e identificar autores e pesquisadores que produziram conhecimento sobre essa história. A contemporaneidade deixa de ser apenas uma afirmação quando se estudam processos de re-existência, organização, produção literária, ações educativas e debates sobre língua presentes em Ramos (2017), Pachamama (2021), Cornélio (2024) e Cornélio e Dorella (2026).

Nascimento (2013) argumenta que conhecer os grupos que participaram da formação de um lugar exige discutir processos de ocupação e apropriação do território e realizar levantamento sócio-histórico dos grupos que o compõem. Essa proposta ajuda a compreender a utilidade do recorte Puri para escolas do Sudeste brasileiro. Em vez de trabalhar somente com exemplos

indígenas de regiões distantes do cotidiano do estudante, a abordagem pode incluir povos historicamente relacionados a Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo, conforme demonstrado pela bibliografia selecionada. Isso não implica restringir a temática indígena ao âmbito local, mas combinar escalas locais, regionais e nacionais.

Silva e Costa (2018) destacam a necessidade de desconstruir a imagem estereotipada, romantizada e genérica do indígena. A produção Puri oferece material para esse objetivo porque evidencia diferenças temporais, territoriais e autorais. Aguiar (2011) permite trabalhar os limites de fontes históricas; Barbosa (2005) e Ramos (2017) mostram processos educativos e identitários; Pachamama (2021) introduz autoria indígena; Cornélio (2024) e Cornélio e Dorella (2026) discutem apagamento, resistência e contemporaneidade. Assim, o próprio desenho da revisão aponta para uma aula menos dependente de uma única narrativa.

Os limites de implementação, entretanto, não podem ser ignorados. Fontenele e Cavalcante (2020) identificaram, em seu campo de pesquisa, lacunas na formação inicial e continuada de professores e concluíram que a existência da lei não garante mudanças efetivas nas práticas. Silva (2021) também chama atenção para imaginários e representações que persistem no espaço escolar e nos materiais didáticos. Esses resultados sugerem que disponibilizar bibliografia Puri é condição importante, mas insuficiente: o professor necessita de formação para diferenciar fontes, contextualizar conceitos, evitar anacronismos e reconhecer a heterogeneidade das experiências indígenas.

A utilização de produção de autoria indígena pode contribuir para esse processo, desde que não seja reduzida a uma função ilustrativa. O Parecer CNE/CEB nº 14/2015 indica que materiais escritos por especialistas e produções de autoria indígena devem integrar espaços de leitura e referência (Brasil, 2015). Siqueira e Szlachta Junior (2023) mostram que a literatura indígena contemporânea pode ser tratada como fonte histórica. No caso Puri, essa orientação permite articular a obra de Pachamama (2021) com estudos acadêmicos e documentos históricos, proporcionando comparação entre tipos distintos de narrativa e autoria.

3.5 Contribuições da bibliografia Puri para a Educação Básica

A análise do corpus permite organizar as contribuições da bibliografia Puri em eixos que podem subsidiar diferentes componentes curriculares. Essa organização não constitui uma sequência didática fechada, mas uma sistematização dos conhecimentos disponíveis. O objetivo é demonstrar que a mesma bibliografia pode sustentar atividades de História,

Geografia, Língua Portuguesa, Literatura, Artes e projetos interdisciplinares, em consonância com a determinação legal de tratamento da temática no conjunto do currículo.

O primeiro eixo é história e território. Aguiar (2011), Barbosa (2005), Ramos (2017), Cornélio (2024) e Cornélio e Dorella (2026) situam processos Puri em regiões específicas do Sudeste, especialmente em Minas Gerais e áreas relacionadas à Mata Atlântica. Esses trabalhos permitem discutir expansão colonial, fronteiras, deslocamentos, aldeamentos, formação regional e transformação das relações entre povos indígenas e sociedade envolvente. Em vez de apresentar território como mapa fixo, a bibliografia permite mostrar disputas, movimentos e diferentes formas de relação com o espaço.

O segundo eixo é memória e identidade. Silva (2011), Ramos (2017), Puri e Cavalcanti (2019), Pachamama (2021) e Cornélio (2024) abordam, por caminhos diferentes, processos de reconhecimento, memória, oralidade e narrativa. Esse conjunto pode subsidiar debates sobre como identidades são historicamente construídas, como certas memórias se tornam visíveis ou invisíveis e como diferentes sujeitos participam da produção de narrativas sobre o passado.

O terceiro eixo é língua, oralidade e formas de conhecimento. Ramos (2017) documenta iniciativas relacionadas à língua Puri e mostra que seu estudo envolve pesquisa em registros antigos, memória, cantos, produção contemporânea e tentativa de revitalização. Puri e Cavalcanti (2019) e Pachamama (2021) reforçam a centralidade da oralidade e das narrativas. Na escola, esse eixo pode ser relacionado ao estudo de linguagem, literatura, história e patrimônio, desde que se evite apresentar vocabulários ou práticas sem contextualização.

O quarto eixo é autoria indígena. A presença de Pachamama (2021) e de Zélia Puri em Puri e Cavalcanti (2019) permite discutir quem fala, quem registra e quem interpreta a história indígena. Essa questão atende a uma das orientações centrais do Parecer CNE/CEB nº 14/2015 e pode ser trabalhada por comparação entre relatos históricos analisados por Aguiar (2011), estudos acadêmicos posteriores e produções de autoria indígena. O objetivo não é estabelecer uma fonte única como definitiva, mas tornar visíveis posições de autoria e contextos de produção.

O quinto eixo é presença contemporânea e educação. Barbosa (2005), Ramos (2017), Cornélio (2024) e Cornélio e Dorella (2026) permitem mostrar que o povo Puri não aparece apenas em documentos do passado. Processos de re-existência, organização, pesquisa, produção cultural e ações educativas inserem os Puri no tempo presente. Esse eixo é especialmente importante para superar a representação do indígena como personagem exclusivamente colonial, problema apontado pelo Parecer CNE/CEB nº 14/2015 e pela literatura sobre ensino (Silva; Costa, 2018; Silva, 2021).

Em síntese, os eixos identificados articulam história e território; memória e identidade; língua e oralidade; autoria indígena; presença contemporânea; e educação e transmissão de saberes. Aguiar (2011), Barbosa (2005), Silva (2011), Ramos (2017), Puri e Cavalcanti (2019), Pachamama (2021), Cornélio (2024) e Cornélio e Dorella (2026) fornecem, em combinações distintas, referências para esses eixos e permitem relacioná-los a História, Geografia, Língua Portuguesa, Literatura, Artes e projetos interdisciplinares.

A sistematização desses eixos evidencia que um trabalho escolar sobre os Puri não precisa limitar-se à exposição de fatos históricos. A bibliografia permite articular documentos, memória, literatura, território e presença contemporânea. Um percurso pedagógico possível, derivado da própria lógica das fontes, pode iniciar pela localização histórica e territorial, seguir pela análise de representações produzidas sobre os Puri, incorporar narrativas e produções de autoria indígena e, por fim, discutir processos contemporâneos de organização e educação. Essa combinação reduz o risco de apresentar cultura indígena como coleção de curiosidades isoladas.

Outro ganho está na possibilidade de desenvolver leitura comparativa de fontes. Um relato oitocentista analisado por Aguiar (2011) pode ser confrontado com pesquisas sobre apagamento e identidade, como Cornélio (2024), e com uma obra indígena contemporânea, como Pachamama (2021). A comparação permite perguntar quais termos são usados, quem é autorizado a falar, que aspectos são destacados ou omitidos e como as formas de representação mudam ao longo do tempo. Trata-se de uma abordagem compatível com o objetivo de desenvolver consciência histórica e leitura crítica, sem transformar qualquer fonte em verdade isolada.

A especificidade regional também possui valor pedagógico. Nascimento (2013) defende a consideração dos grupos que participaram da formação de cada lugar, e o corpus Puri oferece material particularmente relevante para o Sudeste. Em Minas Gerais, por exemplo, referências como Barbosa (2005), Aguiar (2011), Ramos (2017), Cornélio (2024) e Cornélio e Dorella (2026) permitem aproximar a temática indígena de processos históricos regionais. Essa aproximação pode contribuir para questionar a percepção de que a presença indígena brasileira se limita à Amazônia ou a territórios distantes dos grandes centros urbanos.

A bibliografia, contudo, deve ser utilizada de forma responsável. O professor precisa distinguir entre conhecimento histórico produzido a partir de arquivos, análises antropológicas, relatos de memória, produção literária e materiais de movimentos contemporâneos. Também é necessário evitar a apropriação de elementos culturais descontextualizados ou a reprodução de práticas apresentadas em fontes como se fossem

universais a todos os Puri. A diversidade interna e as transformações históricas devem permanecer visíveis, tal como recomenda o Parecer CNE/CEB nº 14/2015 (Brasil, 2015).

Por fim, a utilização pedagógica das referências Puri ganha força quando integrada à formação docente. Fontenele e Cavalcante (2020) demonstram que lacunas de formação podem limitar a implementação da Lei nº 11.645/2008. A existência de bibliografia específica pode funcionar como recurso de atualização e planejamento, mas necessita de tempo de estudo, critérios de seleção e capacidade de contextualização. Nesse sentido, a revisão realizada pode ser entendida como ponto de partida para ampliar repertórios, e não como substituta da leitura aprofundada das obras.

3.6 Lacunas da produção selecionada e possibilidades de aprofundamento

A análise também evidencia limites. No corpus selecionado, a quantidade de trabalhos diretamente dedicados à história, memória e identidade Puri é maior do que a de pesquisas voltadas especificamente ao ensino escolar da história e cultura Puri. Barbosa (2005) e Ramos (2017) pertencem à área da Educação e oferecem contribuições diretas sobre processos educativos; Puri e Cavalcanti (2019) relacionam memória e práticas de educação; Cornélio e Dorella (2026) registram ações educativas de valorização cultural. Ainda assim, são menos frequentes os estudos que transformam esse conjunto em análise de currículo, materiais didáticos ou propostas específicas para a Educação Básica.

Essa diferença ajuda a explicar por que o professor pode encontrar conhecimento histórico sobre os Puri sem encontrar, na mesma proporção, materiais preparados para uso escolar. A lacuna não deve ser preenchida por simplificação. Pelo contrário, exige que a mediação pedagógica preserve os cuidados da pesquisa original. A construção de materiais didáticos futuros pode se beneficiar da organização bibliográfica existente, mas precisa indicar fontes, contextos e autoria, evitando resumir a cultura Puri a listas de costumes ou vocabulários.

Outra lacuna observada no corpus é a proporção reduzida de produções de autoria indígena em comparação com trabalhos acadêmicos escritos sobre os Puri. A presença de Pachamama (2021) e de Zélia Puri em Puri e Cavalcanti (2019) é relevante, mas não elimina a necessidade de ampliar a circulação e o reconhecimento de produções indígenas. O Parecer CNE/CEB nº 14/2015 recomenda explicitamente a incorporação desse tipo de autoria (Brasil, 2015), e a literatura educacional recente destaca seu potencial para o ensino (Siqueira; Szlachta Junior, 2023).

Também se observa dispersão institucional. As referências localizam-se em repositórios universitários, periódicos, livros e editoras distintas. Para pesquisadores iniciantes, essa dispersão pode dificultar a identificação do que já foi publicado. A própria sistematização bibliográfica constitui, portanto, um resultado útil: ao reunir referências de história, educação, antropologia e autoria indígena, torna-se mais fácil visualizar continuidades, divergências e temas pouco explorados.

Futuros estudos bibliográficos podem ampliar o corpus, incluir produções locais, materiais pedagógicos, trabalhos de conclusão de curso e estudos linguísticos, além de comparar a presença Puri em livros didáticos e currículos. Esses aprofundamentos podem permanecer integralmente no campo bibliográfico e documental. A principal contribuição da revisão atual está em demonstrar que há base suficiente para um ensino específico sobre o povo Puri, mas que o aproveitamento pedagógico dessa base depende de seleção crítica, formação docente e ampliação da autoria indígena disponível no espaço escolar.

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou responder de que maneira a produção bibliográfica sobre o povo Puri pode contribuir para o ensino de história e cultura indígena na Educação Básica. A revisão mostrou que a contribuição ocorre principalmente pela possibilidade de substituir abordagens genéricas por conhecimentos historicamente situados, territorialmente identificados e produzidos a partir de diferentes posições de autoria. O corpus selecionado permite trabalhar história regional, processos de contato, memória, identidade, apagamento historiográfico, presença contemporânea, língua, oralidade, educação popular e produção de autoria indígena.

A hipótese inicial foi confirmada com uma ressalva. A produção existente reúne elementos suficientes para subsidiar abordagens contextualizadas sobre o povo Puri e dialoga de forma consistente com os objetivos da Lei nº 11.645/2008. Entretanto, a bibliografia diretamente voltada à transformação desse conhecimento em práticas de Educação Básica ainda é mais restrita do que a produção histórica, antropológica e identitária. Isso significa que a utilização escolar requer mediação docente qualificada, leitura crítica das fontes e articulação entre trabalhos de diferentes naturezas.

Os objetivos específicos também foram atendidos. A revisão sistematizou oito trabalhos diretamente relacionados ao povo Puri e os colocou em diálogo com sete referências legais e educacionais. A análise identificou cinco grandes campos de contribuição: história e território; memória e identidade; língua e oralidade; autoria indígena; e educação e presença contemporânea. Esses campos permitem organizar o ensino sem reduzir o povo Puri a uma representação estática ou a uma menção episódica em datas comemorativas.

A Lei nº 11.645/2008 e o Parecer CNE/CEB nº 14/2015 fornecem um referencial claro para interpretar os resultados. A legislação exige a presença da história e cultura indígena no currículo, enquanto as diretrizes orientam que essa presença reconheça diversidade, contemporaneidade, protagonismo e autoria indígena. A bibliografia Puri selecionada oferece conteúdo capaz de materializar esses princípios em um recorte específico. Estudos como os de Aguiar (2011), Barbosa (2005), Ramos (2017), Cornélio (2024) e Cornélio e Dorella (2026) fornecem bases históricas e contemporâneas; Puri e Cavalcanti (2019) e Pachamama (2021) ampliam o espaço da memória e da autoria indígena.

A principal lacuna identificada está na produção de pesquisas e materiais explicitamente voltados ao ensino da história e cultura Puri na Educação Básica. No corpus analisado, há experiências educativas e fundamentos relevantes, mas ainda há espaço para sistematizações didáticas que preservem a complexidade das fontes e a participação de autores indígenas. Tal lacuna não impede o trabalho pedagógico; ao contrário, evidencia a importância de que professores utilizem bibliografia acadêmica e indígena de maneira articulada e responsável.

Conclui-se, portanto, que a produção bibliográfica sobre o povo Puri constitui um recurso consistente para o ensino de história e cultura indígena, especialmente quando utilizada para evidenciar diversidade, historicidade, territorialidade e presença contemporânea. O potencial educacional não reside em transformar os Puri em exemplo único da experiência indígena brasileira, mas em demonstrar, por meio de um caso específico, por que a temática indígena precisa ser trabalhada com nomes, territórios, histórias, autores e processos concretos. Essa mudança de escala contribui para superar a figura genérica do indígena e aproxima a Educação Básica de uma compreensão mais plural das histórias indígenas no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José Otávio. Quem eram os índios Puri-Coroado da Mata Central de Minas Gerais no início dos oitocentos? Contribuições dos relatos de Eschwege e Freyreiss para uma polêmica (1813-1836). *Revista Mosaico - Revista de História*, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 197-211, 2011. DOI: 10.18224/mos.v4i2.2382.

BARBOSA, Willer Araújo. *Cultura Puri e educação popular no município de Araponga, Minas Gerais: duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio ambiente*. 2005. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: *https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm*. Acesso em: 29 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 14/2015, aprovado em 11 de novembro de 2015. Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: *http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=27591-pareceres-da-camara-de-educacao-basica-14-2015-pdf&category_slug=novembro-2015-pdf&Itemid=30192*. Acesso em: 29 set. 2026.

CORNÉLIO, Sabrina Ramos. *Desvelando histórias, identidades e memórias: (re)existência do Povo Puri no sudeste da Mata Atlântica*. 2024. 146 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2024. DOI: 10.47328/ufvbbt.2024.694.

CORNÉLIO, Sabrina Ramos; DORELLA, Priscila Ribeiro. Uma história de resistência dos povos indígenas Puri da Zona da Mata Mineira. *Tellus*, Campo Grande, v. 26, n. 55, e261096, 2026. DOI: 10.20435/tellus.v26i55.1096.

FONTENELE, Zilfran Varela; CAVALCANTE, Maria da Paz. Práticas docentes no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 46, e204249, 2020. DOI: 10.1590/S1678-4634202046204249.

NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. História e cultura indígena na sala de aula. *Revista Latino-Americana de História*, São Leopoldo, v. 2, n. 6, p. 150-170, 2013. DOI: 10.4013/rlah.v2i6.186.

PACHAMAMA, Aline Rochedo. *Boacé Uchô: a história está na terra: narrativas e memórias do povo Puri da Serra da Mantiqueira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Pachamama Editora, 2021.

PURI, Zélia; CAVALCANTI, Adriana de Holanda. Memórias de vida, ancestralidade indígena e artes sagrada como práticas de educação. *Identidade!*, São Leopoldo, v. 24, n. 1, p. 80-96, jan./jun. 2019.

RAMOS, Melissa Ferreira. *Re-existência e ressurgência indígena: diáspora e transformações do povo Puri*. 2017. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

SILVA, Elisângela de Morais. *Arqueologia e coletivos indígenas: os purizados do entorno da Serra do Brigadeiro/Minas Gerais*. 2011. 296 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SILVA, Giovani José da; COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. da. *Histórias e culturas indígenas na Educação Básica*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SILVA, Joselaine Dias de Lima. Entre imaginários e representações: o ensino da História e Cultura Indígena na instituição escolar. *Simbiótica*, Vitória, v. 8, n. 2, p. 141-156, maio/ago. 2021. DOI: 10.47456/simbitica.v8i2.36382.

SIQUEIRA, Amanda Maria Barbosa; SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. Histórias e culturas indígenas na Educação Básica: a literatura indígena brasileira contemporânea como fonte histórica na sala de aula. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, v. 36, n. 2, p. 214-242, jul./dez. 2023. DOI: 10.14393/cdhis.v36n2.2023.71035.